

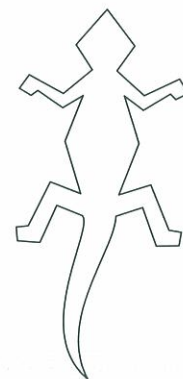
A Casa e as Casas da Indonésia Oriental nos desenhos do 'Livro' de Francisco Rodrigues (1512-1515)

Quando se visitam atentamente os sessenta e dois desenhos que, entre 1512 e 1515, o jovem piloto e cosmógrafo Francisco Rodrigues foi realizando e tentando concluir para representar o correr de ilhas que se sucede entre Alor e Java, domina-nos imediatamente um incontido deslumbramento. Uma admiração avisada pela cuidada pormenorização das paisagens, com as suas exóticas floras, quase sempre ampliadamente assinaladas e simbolizadas, as suas montanhas eriçadas de vulcões, aqui formando vales que entalam casas e aldeias, ali mostrando ainda a sua furiosa actividade. Estas paisagens pautam a estratégia dos desenhos e esclarecem um mundo insular repartido em centenas de ilhas de assinalada origem vulcânica, aquecido por uma exposição solar mais do que generosa em associação com um clima de «excessos» tropicais que a ondulação das montanhas procura, nem sempre com sucesso, morigerar e contrariar. Um variado ambiente panorâmico que o jovem piloto, cartógrafo e desenhador português conseguiu fixar com uma competência admirável, transformando os primeiros desenhos europeus da Indonésia numa colecção preciosa de informações que interessa tanto à investigação histórica e antropológica, como serve igualmente as pesquisas dos estudos botânicos, geológicos ou geográficos.

O deslumbramento diante dos magníficos desenhos deste piloto português, «herói» pouco celebrado da primeira viagem portuguesa às Molucas¹, entre 1511 e 1512, é igualmente marcado por uma certa ideia de ficção



¹ Na historiografia portuguesa tradicional, sobretudo na cronística oficial do século XVI, é habitual considerar-se que apenas uma pequena parte desta primeira expedição às «ilhas das especiarias» dirigida por António de Abreu, em 1511, viria a atingir as 'Molucas', mas em



representacional aprofundada pelas circunstâncias que dominam uma obra, afinal, inacabada. Recolhido em vários esboços e apontamentos feitos em viagem, navegando, de certo vagarosamente, ao longo da fiada de ilhas que organiza as Pequenas Sundas, o livro de marinharia manuscrito de Francisco Rodrigues foi completado certamente em Malaca e em Cochim, aqui acolhendo novas notícias das primeiras aventuras portuguesas no Sudeste Asiático, como aquelas sumariadas no trabalho de Tomé Pires conhecido por *Suma Oriental*. Rumou depois, por concluir, certamente em torno de 1515², em direcção a uma excitada corte manuelina ansiosa por notícias, mapas e itinerários iluminando definitivamente os preciosos caminhos em direcção às riquíssimas e muito faladas ilhas das especiarias.



circunstâncias já distantes do projecto inicial: naufragado na viagem de regresso a Malaca o junco comandado por Francisco Serrão, este com mais nove companheiros acabariam por alcançar Ternate. Considera-se, por isso, de forma muitas vezes desvalorizadora que o conjunto da expedição coordenada por António de Abreu em que se incluía também Francisco Rodrigues 'apenas' atingiu o arquipélago da Banda, Ceram e Ambon. Como se sabe, estas ilhas fazem hoje parte do que se designa precisamente por Molucas, integrando a 'província' indonésia de Maluku, devendo distinguir-se esta situação actual da ideia destacada pela navegação comercial portuguesa quinhentista nesta região limitando (mal) as 'Molucas' (que 'malucas' se escrevia e cartografava...) praticamente às cinco ilhas de Ternate, Tidor, Motir, Makian e Batjan. Não faz cientificamente sentido continuar a defender esta limitação epocal, contrariada até pelo sucesso da expedição de António de Abreu tanto em identificar as estruturas espaciais da navegação das Molucas como em iniciar um comércio português das suas especiarias através dos primeiros carregamentos da noz-moscada e da maçã das Bandas. Seria demorado discutir as dificuldades persistentes de uma historiografia excessivamente ancorada às estratégias de manipulação e representação do espaço pacientemente erguidas pela cronística e pela política oficial da expansão oriental, arranjando os espaços em função dos caminhos dos tratos e das pressões das concorrências locais e europeias, da Espanha à Holanda. Estude-se, por isso, a reconstrução criteriosa desta expedição de 1511-1512, por todos, no trabalho anterior de José Manuel Garcia e não se deixe igualmente de frequentar a obra referencial de ANDAYA, Leonard Y., *The World of Maluku. Eastern Indonesia in the Early Modern Period*, Honolulu, 1993.

² Estas são as datas defendidas pelos investigadores que prepararam e discutiram a edição fac-similada da obra de Francisco Rodrigues (Porto, UP/CEPESA, 2001), publicada também no âmbito da exposição «Uma Lulik Timur – Casa Sagrada de Oriente. Os Primeiros Mapas e Desenhos Portugueses do Sudeste Asiático (1502-1514) e a Colecção Etnográfica de Timor da Universidade do Porto».

O primeiro desenho panorâmico do manuscrito autógrafo (folha 43) mostra que Rodrigues se encontrava provavelmente a aperfeiçoar e a colorir a sua obra, talvez com ajuda de colaboradores com competências em desenho e escrivania, quando o volume manuscrito foi requisitado para ser enviado ao rei de Portugal. A informação, mais a cartográfica do que os roteiros ou, mesmo, os desenhos, era, afinal, extremamente preciosa, não apenas por abrir esses procurados caminhos das especiarias das Molucas, mas por permitir decidir acerca de uma estratégia de navegação comercial (juncos ou naus?) e dos seus apoios territoriais ('cafres', 'jaus', 'maometanos'...). É esta informação fundamental para a deliberação da presença comercial e naval portuguesa na Indonésia Oriental que obrigou o livro manuscrito a ficar por completar, sendo principalmente a descrição desenhada da ilha de Java e seus «arredores»³ que sofre com isso, dela apenas tendo ficado registados os esboços panorâmicos dos contornos da costa norte e dos perfis montanhosos. Uma limitação que, a não existir, talvez ajudasse a perceber alguns dos pontos e dos portos que a presença comercial e política portuguesa procurou perseguir em território javanês, prefigurando esse futuro modelo de acordo político que, em 1522, ressalta do tratado com o 'rei' de Sunda celebrado nesse também célebre padrão erguido no porto de Sunda Kalapa (a actual Jacarta), de um quase estranho manuelino já posterior à morte do Venturoso⁴. Uma peça magnífica ainda hoje zelosamente guardada é exibida nos espaços iniciais do espantoso claustro do Museu



³ O conjunto de desenhos incompletos encontra-se entre as folhas 88 e 112. Em termos mais precisos, entre as folhas 88 e 93 descobrem-se ainda desenhos inacabados do perfil panorâmico da costa norte da ilha de Lombok («amjane»). As folhas 94 e 95 desenhavam sumariamente as pequenas ilhas entre Lombok, Bali e Java, destacando Sapudi e Raas. Entre as folhas 96 e 112, Francisco Rodrigues representou o perfil geral da grande ilha de Java, esboçando a maior parte da sua costa norte.

⁴ Documentado como «capitulações», este tratado foi assinado em 21 de Agosto 1522, depois da morte de D. Manuel, ocorrida em 13 Dezembro do ano anterior e noticiada em Goa somente a 20 de Agosto de 1522 (CORREA, Gaspar, *Lendas da Índia*, (ed. de José de Lima Felner), Tomo II, Lisboa, 1860, p. 730). Um dia não era, naturalmente, suficiente para fazer chegar a informação a Malaca ou, pior ainda, aos navegadores portugueses que se encontravam em Java, transformando o padrão do falecido D. Manuel numa evocação do poder do novo monarca D. João III que, como se sabe, modificaria várias das estratégias que enformavam os rumos a expansão portuguesa oriental.



Nacional da capital da Indonésia, misturando-se com uma das mais importantes mostras mundiais da arte hindu-budista, cujas principais peças ajudaram a comemorar e a sacralizar os primeiros sistemas de estado das ilhas de Samatra e Java, entre os séculos VI e XIII⁵.

Apesar de inacabada, a referida série de desenhos sobre a ilha de Java tem a vantagem de discutir o próprio processo de produção deste livro de marinharia de Francisco Rodrigues: durante a sua viagem entre Banda e Malaca, seguindo, no final de 1512, a monção favorável, o piloto tirou e esboçou vários apontamentos que, menos escritos e mais desenhados, pretendia, depois, completar e ilustrar mais rigorosamente informando acerca tanto da navegação como da geografia, da flora e da organização panorâmica das sociedades locais. Esta solução privilegiando o apontamento pela via do desenho é tão importante como discursiva. Seguindo rotas, visionando costas e contornos, aproximando-se por vezes das pequenas ilhas que se sucedem em confusa profusão entre Alor e as Flores, o discurso do desenho representa uma deliberada opção pela apresentação panorâmica também dos primeiros contornos de um mundo pré-colonial, diferente, aparentemente «pobre» e «simples», comparticipando muito marginalmente dessas epopeias comerciais das especiarias exigindo quase apenas o esclarecimento de canais de navegação e pontos-portos de apoio. Por isso, as legendas dos desenhos encontram-se reduzidas maioritariamente a uma única palavra que identifica, tanta vezes mal, genérica e repetitivamente («solote, solor, soloto...», «samadenga», «amjane», «jaoa»...), uma ilha ou agrupamento de ilhas, não se destacando nestes desenhos outra qualquer informação escrita complementar acerca das ilhas da Indonésia Oriental. A



⁵ Acerca deste tratado e da sua relação com o padrão manuelino veja-se o trabalho excelente de GARCIA, José Manuel, *O primeiro tratado entre Portugal e a Indonésia (1522) e outros documentos complementares*, Porto, Reitoria da Universidade do Porto – Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático, 2001. Um bom guia geral do Museu Nacional de Jacarta encontra-se em ROSI, Adele (ed.), *Museum Nasional Guidebook*, Jacarta, 1998, devendo frequentar-se trabalho mais especializado na obra monumental *Indonesian Art. Treasures of the National Museum, Jakarta*, Singapura, 1998.

excepção é precisamente a colecção de desenhos inacabados em torno de Java, convocando algumas legendas mais generosas que, como as das folhas 94⁶, 108⁷ ou 112⁸, concorrem para comprovar o interesse da política comercial manuelina asiática tanto pelos principais portos javaneses como pela pimenta ou pela actividade efervescente dos comerciantes locais, em especial em torno dos espaços que, procurando resistir aos avanços da islamização, buscavam quase desesperadamente apoios políticos e militares externos que os portugueses haveriam conjunturalmente de incarnar e prometer sem quase nenhum sucesso.

Passando para a economia das legendas, a brevidade dos apontamentos escritos nos desenhos panorâmicos contrasta com as generosa toponímia dos mapas do Livro de Francisco Rodrigues que, também em relação às cartas do Sudeste Asiático, ajudam a identificar muitos itinerários marítimos e espaços territoriais, como ocorre, entre muitas outras, com essa legenda que, colada a uma ilha de Timor debuxada apenas na sua metade norte, traçada mas não fechada, esclarece: «esta é a ilha de Timor onde nasce o sândalo». Informação, naturalmente, preciosa, reconstruindo os plurisseculares circuitos triangulares deste comércio unindo as produções do Sudeste Asiático - especiarias, madeiras como o sândalo, também escravos, por vezes alimentos, como o arroz mais perto de Java ou Bali - às riquezas em panos da Índia e às cerâmicas procuradas da China. A partir deste contraste que o trabalho manuscrito transforma em complementaridade, deve procurar entender-se o esforço de desenho de Francisco Rodrigues também como um «texto» tratadístico de reconhecimento tanto da alteridade cultural como de fixação de lugares de memória de navegação; desenhos, sem dúvida, de ‘marinheiro’ pela morfologia e ‘estética’,



⁶ Nesta folha, o esboço inacabado da ilha de Raas («rate») e Sapudi («pudy»), já muito perto de Java, foi cuidadosamente legendado para informar que «aqui se perdeo a sabaia. Esta jlha se chama pudy».

⁷ Já na ilha de Java, o manuscrito assinalou no desenho sumário: «Yaoa. Japara porto de pate Nunez».

⁸ Neste derradeiro desenho da sua obra manuscrita, o piloto português escreveu esta legenda conclusiva: «Yaaoa. Ate aqui descobrimos da Jlha de Jaoa».



mas também desenhos de uma curiosidade portuguesa pelos caminhos e sítios dos tratos desse oriente longínquo que organizava através de ilhas mil e culturas muitas os pontos que conduziām às especiarias das Molucas: a maça e a noz-moscada no pequenissimo arquipélago da Banda e o perfumado cravo mais para norte, em Ternate, Tidor ou Halmahera.

Se quisermos, ainda que com algum abuso retórico e não menos distância científica, geográfica e antropológica, convocar um discurso hoje quase «popular» que procura fixar a alteridade dos outros através da configuração de um relato pioneiro português, compare-se, então, a novidade dos desenhos de Francisco Rodrigues com essa tão glosada e tantas vezes manipulada carta de Pero Vaz de Caminha sobre o «achamento» (como agora se diz com consagração oficial e comemorativa...) do Brasil: unindo a carta e os desenhos destaca-se uma mesma invenção da alteridade e do outro enquanto lugares de descoberta e de comunicação civilizacional, factores na carta de Caminha vertidos na invenção do «exotismo» do índio, sobretudo da sua sexualidade, enquanto nos desenhos de Rodrigues é a invenção da paisagem longínqua que informa com arranjado «realismo» a medida dos outros. Estranhamente, Caminha e Rodrigues partilham um mesmo destino breve, em que a história pessoal não apenas não sobreviveu à grande «obra nova», como quase se esgota nessa própria obra. Um «destino», afinal, quase geral nesses heróis que, socialmente, eram praticamente obscuros para os critérios de estamentação das rígidas sociedades europeias de Antigo Regime: pouco se sabe dos Rodrigues, dos Caminhas ou, mais para trás, dos Bartolomeu Dias..., mas são, em contraste, numerosas as crónicas e notícias, entre a ficção e a epopeia, desses outros heróis portadores de títulos militares e de nobreza que, como o Gama ou o Albuquerque, criaram essa outra medida do que se foi ideologicamente construindo como a «gesta portuguesa», pautando os itinerários da conquista e dominação coloniais modernas. Estruturando também a própria construção de uma certa univocidade dos lugares da memória de um certo Portugal que se queria império - do Minho a Timor, como se cantava e ensinava há trinta anos nas nossas escolas primárias -, são ainda hoje os heróis da conquista militar e colonial que dominam igualmente as nossas grandes praças e avenidas, como ainda, mais paradoxalmente, as nossas comemorações e, em meios científicos persistentes, as nossas investigações. Dos Caminhas e Rodrigues não reza, de facto, muito a história...

Os extraordinários desenhos da Indonésia do jovem piloto Francisco Rodrigues não suscitaram até hoje grande interesse⁹, nem atraíram os favores de uma historiografia que continua a perseguir a ‘clareza’ muito positiva do documento escrito oficial, apesar das suas consabidas estratégias de representação, selecção e manipulação dos tempos e lugares de dominação. Por isso, quando muito, os desenhos de Rodrigues servem para ilustrar um capítulo, quase sempre breve e descritivo, em que se repetem e sumariam as lições coligidas na inventariação dessa documentação oficial acerca da «presença ultramarina portuguesa» no arquipélago malaio-indonésio¹⁰... Mesmo para esse grandíssimo mestre da história da cartografia que foi Armando Cortesão, o primeiro investigador a redescobrir o livro manuscrito de Francisco Rodrigues e a frequentar a novidade dos seus mapas e desenhos, a colecção de vistas panorâmicas oferecida pelo piloto português não atraiu a diligente generosidade da sua pesquisa geralmente rigorosa e inteligente. Apesar de reconhecer que «a sequência dos desenhos panorâmicos embora relativamente menos importante, não parece que tenha rival e é interessantíssima com a sua notável fidelidade»¹¹, Cortesão não deixava de sublinhar a sua «importância» menor em relação, naturalmente, às novas cartas orientais que, essas sim, mobilizaram a sua investigação pormenorizada. Restava essa exagerada



⁹ Um desinteresse que acompanha a edição recente de trabalhos qualificados no domínio da história da cartografia do Sudeste Asiático. Assim, a obra de SUAREZ, Thomaz, *Early Mapping of Southeast Asia*, Singapura, 1999, referencia apenas de passagem a obra de Francisco Rodrigues (pp. 39 e 104), não reproduzindo qualquer dos seus mapas ou desenhos. Já o monumental volume (vol. II, Livro II) da *The History of Cartography* dedicado à *Cartography in the Traditional East and Southeast Asian Societies* (ed. de J. B. Harley e David Woodward), Chicago-Londres, 1994, limita-se a uma breve referência com erros de datação ao manuscrito de Rodrigues (pp. 828-829), reproduzindo dois dos seus mapas (p.830), mas ignorando completamente os seus desenhos.

¹⁰ Veja-se este valor simplesmente de ilustração, para convocarmos apenas casos recentes, por exemplo, em MARQUES, A. H. de Oliveira (dir. de), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, 1º vol., Tomo II, *De Macau à Periferia*, Lisboa, 2000, pp. 358-359, reproduzindo cinco desenhos da obra de Francisco Rodrigues que intitula «representação das Flores, 1512»; visite-se ainda um outro caso de ilustração, mas estampando a reprodução do desenho de Rodrigues ao reverso, em BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, 1998, vol. I, p. 83, oferecendo a estranha legenda de «Perfil panorâmico da ilha de Sukar» (?).

¹¹ SUMA (A) *Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues* (leitura e notas de Armando Cortesão), Coimbra, 1978, p.102



ideia de interessante «fidelidade» que, longe de uma fundamentação crítica, não ajuda a estudar os desenhos do piloto português enquanto discurso principalmente antropológico. Apesar de ter destacado bem que os desenhos de página inteira de Francisco Rodrigues pareciam partes de um mapa panorâmico geral, Cortesão não retirou quaisquer consequências desta interessante sugestão. Com efeito, as páginas com desenhos das ilhas da Indonésia Oriental sucedem-se e colam-se umas às outras, frequentemente de forma exacerbada e manipulada, opções que nos reconduzem imediatamente para a estratégia do desenho de vistas europeu do Renascimento¹², visionando larguíssimas vistas de cidades, como acontece, por exemplo, nos tão «cansados» desenhos de Lisboa realizados nas primeiras décadas de Quinhentos...¹³

Esta é a escola e a «mentalidade» em que Francisco Rodrigues deve ser inserido¹⁴. Por isso, os seus desenhos não são, naturalmente, vistas desenhadas localmente com toda a 'fidelidade', não são «fotografias» (um



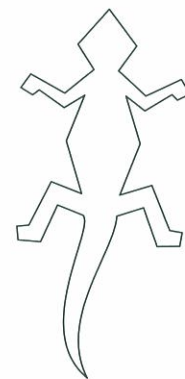
¹² Este conceito de *desenho de vistas europeu do renascimento* é nosso, mas pode fundamentar-se com a ajuda de investigações especializadas como, entre outras, as de SIMONCINI, Giorgio, *Città e Società nel Rinascimento*, Turim, 1974, 2 vols.

¹³ Some-se à tão glosada e editada vista de Lisboa, à volta de 1520, do frontispício do volume manuscrito de GALVÃO, Duarte, *Crónica de D. Afonso Henriques* (Museu-Biblioteca dos Condes de Castro Guimarães) essa outra vista panorâmica da cidade que, datando de cerca de 1530, se acolhe a um detalhe de *bas de page* do chamado *Livro de Horas de D. Manuel*, fl. 25 (Museu Nacional de Arte Antiga). A estas vistas mais consagradas por uma reprodução continuada pela bibliografia histórica, acrescente-se ainda, pela qualidade normativa do género, a *Vista Panorâmica de Lisboa* de autor desconhecido que, datando de cerca de 1570, se guarda na Biblioteca da Universidade de Leiden (pp. 72-75). É precisamente na segunda metade do século XVI que se organiza normativamente este tipo de desenhos panorâmicos de cidades, optando pela vista em perspectiva e pela monumentalização, cujo paradigma se pode encontrar nos desenhos oferecidos por BRAUNIO, George, *Civitates Orbis Terrarum*, várias edições no último quartel de Quinhentos.

¹⁴ Trata-se de uma «escola» e, se quisermos, «mentalidade» de desenho que podemos paradigmaticamente fixar em Portugal em torno da obra de Duarte de Armas que, da estruturação da paisagem à pormenorização do desenho, exhibe muitos pontos de contacto com a estratégia de representação de Francisco Rodrigues (Cf. ARMAS, Duarte de, *Reprodução anotada do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas*, ed. de João de Almeida, Lisboa, 1943).

conceito muito recente...), mas panoramas criteriosamente organizados de esboços anteriores. Por isso também, como nos desenhos de vistas europeus da sua época, privilegia-se a paisagem, quase apetece dizer a ideia de «cidade» (destacar casas, monumentos, arruamentos...) mesmo quando ela não existe. São muitas vezes acidentes topográficos ou a ampliação exagerada das plantas que substituem o lugar deixado ao «monumento» nos desenhos de vistas europeus. Populações e grupos humanos encontram-se praticamente ausentes dos desenhos de Rodrigues (à semelhança, aliás, do que era norma no desenho europeu de vistas urbanas...), quando certamente estes grupos teriam tendência para se concentrar e mostrar perante a vista de embarcações próximas. Aldeias, unidades domésticas e concentrações de casas relacionam-se com a paisagem e representações dos «ecossistemas» envolventes, mas só muito raramente se descobre um desenho antropomórfico que, quando se concretiza, é sumário, desinteressante, quase completamente despidido de interesse informativo. Ao contrário do que se poderia supor, esta situação reforça ainda mais a qualificação da informação iconográfica dos desenhos de Francisco Rodrigues, não somente por ter o piloto procurado fixar e transmitir apenas o que considerou relevantemente aproximado da ideia de «monumento» própria da sua cultura europeia de desenho, mas principalmente porque a sua representação desenhada se encontra na génese de uma larga prole de descrições europeias das sociedades indonésias em que se privilegiou a paisagem, o espaço com as suas comunicações e conexões, em detrimento do social e do humano, em detrimento mesmo do tempo. Não interessava para estas estratégias tanto a singularidade do humano e a sua história, mas a compreensão panorâmica de um espaço outro para melhor se organizar uma estratégia de movimento, principalmente mercantil, ao longo deste mesmo espaço.

Os desenhos de Francisco Rodrigues não são apenas deslumbrantes. São também tão singulares como preciosos, constituindo uma fonte fundamental para a aproximação à história e antropologia das sociedades tradicionais indonésias orientais que nenhuma das primeiras descrições europeias escritas consegue, nem de longe, substituir. Os desenhos têm ainda a enorme vantagem de nos permitir investigar um mundo no período imediatamente anterior à demorada eclosão da presença colonial comercial europeia, o que constitui um testemunho raríssimo



para a história destas sociedades, complementando, naturalmente, a história oral desenvolvida por estas comunidades como veículo tradicional dominante de transmissão do seu devir cultural e social. O testemunho oferecido por Francisco Rodrigues é, assim, ainda mais relevante por se referenciar a uma época mal conhecida e pior estudada pela historiografia tradicional, limitada como está pela escassez dos registos escritos destes mundos tradicionais em que predominam diferentes noções de tempo e outras sociocosmogonias. Por isso, a transmissão da sua história privilegia outros sistemas discursivos, da legenda oral à genealogia, das simbolizações culturais às produções artísticas, o que, em qualquer caso, não significa que estas sociedades não tivessem «história»¹⁵ ou, mesmo, discursos historiográficos próprios informando uma cultura histórica actuante na formação de estruturas identitárias colectivas. De qualquer forma, estas sociedades indonésias tradicionais estudam-se menos pelo esforço dos historiadores e mais graças ao trabalho metódico da etnografia (hoje progressivamente desvalorizado face ao «prestígio» hermenêutico da antropologia...) e procuram perceber-se na sua diversidade e complexidade através da investigação antropológica¹⁶. Tanto as obras de história «universal» quanto a historiografia do Sudeste Asiático, em particular a de extracção europeia, muito poucas vezes têm desenvolvido este diálogo incontornável com a antropologia, pelo que os principais manuais de história da Indonésia continuam praticamente a omitir o estudo das suas sociedades tradicionais pré-coloniais. Existe, como se sabe, alguma informação qualificada sobre os principais sistemas de estado de morfologia hindu-budista, como, entre outros, os



¹⁵ Esta ideia de que a história nestes mundos orientais do arquipélago malaio-indonésio apenas começou com a escrita transportada pelos colonizadores europeus recenseia-se ainda hoje, entre nós, paradoxalmente, na obra de Luís Filipe Ferreira Thomaz acerca de Timor, nela se escrevendo textualmente: «Só com a chegada dos Portugueses se abre em Timor o período propriamente histórico – pois só então foi introduzida na ilha a escrita» (THOMAZ, L. Filipe Ferreira, *De Ceuta a Timor*; Lisboa, 1994, p. 593). Apesar de recentemente reeditado, o volume não corrigiu ou anotou esta peremptória afirmação de exclusão da «história» das sociedades sem escrita ou, melhor, sem a «nossa» escrita.

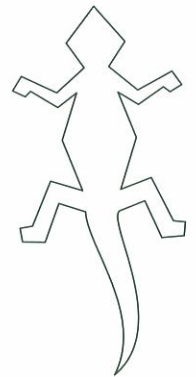
¹⁶ No campo da antropologia das sociedades tradicionais da Indonésia oriental pode, felizmente, arrolar-se uma bibliografia generosa, escapando a esta renovação bibliográfica precisamente o estudo antropológico de Timor Leste, com a excepção do trabalho fundamental de TRAUBE, E. G., *Cosmology and Social Life: Ritual Exchange among the Mambai of East Timor*; Chicago, 1985.

'reinos' conhecidos de Majapahit ou Srivijaia¹⁷, mas ignora-se quase completamente a história desses mosaicos de mundos ditos tradicionais que, também progressivamente mais organizados, se espalhavam pela parte oriental do arquipélago malaio-indonésio, perseguindo renovados equilíbrios entre população e recursos, sistematizando estruturas de parentesco e sistemas produtivos complexos, do doméstico ao agrícola, do comercial ao artesanal.

Esta situação de marginalização historiográfica ressalta de causas múltiplas e complexas que seria demorado discutir rigorosa e detalhadamente: do peso ainda asfixiante de uma história feita quase exclusivamente na base da documentação oficial escrita às estratégias de um etnocentrismo que foi revertendo a memória das sociedades tradicionais a uma espécie de recordação «folclórica» enfeitando o «exotismo» dos relatos coloniais, passando mesmo por razões «internas» na manipulação da construção de uma apologética história da Indonésia, vazando no passado de antigos «reinos» quase imperiais os governos centralistas e fortes de um «presente» ainda próximo, são muitos e complicados os factores que concorrem para negligenciar a história das diferentes culturas e populações da Indonésia Oriental.



¹⁷ Não deve deixar de se assinalar que esta exacerbação do que se apenas conhece através das formas de transmissão documental tradicionais - textos escritos, registos arqueológicos e epigráficos, vestígios materiais monumentais - tende naturalmente a exagerar a dimensão dos fenómenos estudados, recenseando-se muitos estudos em que também estes estados fluidos do Srivijaia, em Sumatra, e Majapahit, em Java, se tratam como sistemas de estado perfeitamente organizados e territorialmente estáveis. A cartografia histórica, com as suas estratégias de simplificação e sumariação, concorre também para estes exageros (Veja-se uma abordagem crítica destes dois «reinos» em TAYLOR, Keith W., *The Early Kingdoms*, in «The Cambridge History of Southeast Asia», vol. I, Cambridge, 1992, pp.173-181) De qualquer modo, ficam de fora outros sistemas políticos e sociais tradicionais, o que não quer dizer menos organizados e estabilizados. Para além da discussão muito demorada sobre a dimensão histórica do próprio conceito de «sistema de estado» (state-system), também aqui continua a prevalecer uma noção de estado (melhor, de prefiguração do «estado-nação»...) etnocêntrica que, sincopando uma ideia iluminista e positivista de progresso, desqualifica as chamadas sociedades tradicionais a uma espécie de eternidade «pré-histórica» incapaz de se aproximar da «dignidade» de especializar sistemas de estado.



O caso deste Livro de Francisco Rodrigues também não escapou a esta lógica segregadora. Nunca os seus desenhos foram publicados integralmente, enquanto o seu texto, menor na sua obra, sobrevive encostado a esse outro texto maior de Tomé Pires. E o seu discurso de imagens, apesar de fascinante e absolutamente singular para o estudo da antropologia e da história das sociedades tradicionais da Indonésia Oriental, desprezou-se. Tivesse Rodrigues escrito, longa e demoradamente, e estaria hoje cansado por uma frequência mais do que exaustiva, constantemente glosado por essas persistentes historiografias «ultramarinas» que, «investigando» de «cá para lá», insistem em fazer história longe de qualquer reconhecimento da incontornável necessidade de integração do espaço na própria estratégia de investigação. Como se fosse estranhamente possível fazer essas «histórias da expansão ultramarina» sempre da mesma forma, perseguindo as mesmas listas documentais, independentemente da antropologia e da alteridade dos espaços culturais e sociais em estudo ¹⁸.

A história das sociedades tradicionais indonésias encontra-se praticamente silenciada. Paradoxalmente, o espaço que lhes é dedicado na literatura histórica apenas aumenta directamente em função do alargamento do espaço dedicado à história da presença colonial europeia, principalmente portuguesa e holandesa. Quase sempre seguindo, tantas vezes com excessiva «credulidade», as lições de uma documentação oficial ligada a critérios de dominação colonial ou às maravilhadas descrições «exóticas» de alguns aventureiros, missionários e viajantes europeus, a historiografia geral começa a estudar estes mundos apenas a partir das décadas iniciais do século XVI, opção que, entre estranhas «descobertas» do que era há muito conhecido, não deixa de ser também quase incompreensível.



¹⁸ Neste campo, em termos epistémicos deve reconhecer-se que certa historiografia portuguesa da chamada «expansão» não evoluiu como seria de esperar a partir do enorme esforço renovador aberto pelos *Descobrimentos* e a *Economia Mundial* de Vitorino Magalhães Godinho, a primeira grande obra em que os espaços se integram e ajudam a estruturar a própria investigação. Esforço importante continuado com grande qualidade na mais recente *História da Expansão Portuguesa*, sob a direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri, oferecendo cinco volumes em que se podem frequentar estudos de grande qualidade cruzando com competência a duração e o espaço.

De facto, o colonialismo português ou holandês, tanto na parte oriental de Timor como nas chamadas «Índias Neerlandesas», apenas começa a dominar verdadeiramente estes territórios a partir de meados do século XIX, sendo somente nos primeiros anos do século XX que lançam mais intensamente exércitos, agressões, campanhas, tantas vezes de populações contra populações locais, estendendo o colonialismo através da força brutal. As guerras de Manufai dos «portugueses» (que eram principalmente timorenses, com alguns moçambicanos e canarins à mistura...) em Timor, entre 1911 e 1913, acompanham na cronologia como nos métodos essas violentas invasões militares holandesas no interior das ilhas indonésias, destruindo tanto pequenas sociedades e comunidades rurais como agredindo e dissolvendo reinos organizados, plurissecularmente vazados em territórios próprios, como aconteceu, entre tantos outros casos, com os reinos de Jembrana, Buleleng ou Karangasem em Bali ¹⁹. Mesmo assim, estas sociedades e reinos conhecem-se mais por esta relação com o colonialismo europeu do que pela reconstrução e estudo da sua longa produção de uma história e culturas próprias.

Não vale a pena insistir demasiado nesta ideia actualmente consabida: as sociedades tradicionais indonésias orientais (como, infelizmente, em muitas outras sociedades desse mundo que se continua a designar estranhamente por «terceiro»...) são mal conhecidas e pior estudadas, uma situação que, para além da dimensão estritamente cultural, não contribui para reconhecer a dignidade da diversidade cultural e, a partir dela, contribuir para a integrar na tomada de decisões políticas, das deslocações desastrosas de emigrantes ao reconhecimento



¹⁹ ROBINSON, Geoffrey, *The Dark Side of Paradise. Political Violence in Bali*, Ithaca-London, Cornell University Press, 1995. A frequência deste livro é particularmente estimulante para quem procura incluir a violência colonial na reconstrução da história e antropologia das sociedades tradicionais, utilizando também esta vertente na compreensão das contradições das sociedades actuais. O tema é quase ignorado pela historiografia portuguesa que, também nos horizontes das colonizações asiáticas, de Goa a Timor, persiste em destacar representações de uma estranha harmonização social e cultural entre colonizadores e colonizados que, em rigor, nunca existiu nem contrariou a diversidade de interesses sociais, culturais ou económicos ampliados pelos próprios sistemas de exploração colonial.

das autonomias locais, passando pela preservação dos patrimónios e a defesa das tradições culturais autóctones. O Livro do jovem Francisco Rodrigues concorre para contrariar algumas destas dificuldades e oferece uma contribuição importante para a investigação da antropologia das sociedades tradicionais da Indonésia, principalmente desse variado mundo insular que se baptizou de Pequenas Sundas.

A juventude curiosa de um piloto com competências abundantes na produção cartográfica somada à originalidade da experiência pioneira de viajar pelas ilhas orientais do arquipélago malaio-indonésio devem ter especializado o fascínio oferecido por um contacto visual continuado em que ilhas grandes e pequeníssimas se vão sucedendo umas atrás das outras. Este contacto incluiu ainda a visita e estadia entre comunidades tradicionais, como ocorreu durante alguns meses em Gulegule, na ilha de Ceram, e certamente em vários locais de abastecimento entre Alor e Java. Trata-se um conjunto forte de factores suficientemente impressionantes para obrigarem o jovem piloto português a transformar a curiosidade em comunicação, a impressão em desenho, organizando informação e memória. Uma memória que a morfologia e «mentalidade» do seu discurso do desenho ajudou a ampliar: o peso da ideia de monumento ensinada por uma escola que organizava a paisagem em função da cidade e dos seus edifícios de prestígio (castelos, igrejas, torres, etc.) ou que ensinava a prestigiar os mapas com aparatos que, estendendo-se das lindíssimas rosas-dos-ventos se prolongavam em maravilhados castelos, braços ou padrões, ajudavam a ocultar o desconhecido e a preencher o vazio, influenciou a organização destes desenhos das ilhas orientais da Indonésia. Faltando padrões, castelos ou cidades, os lugares de memória do desenho passaram para o acidente topográfico (a montanha e, em especial, o vulcão...), para a casa e para a flora, sobretudo a disseminação das diferentes espécies de árvores que permitia assinalar e distinguir verdadeiras marcas de navegação. Ampliados com frequência, estes três outros «monumentos» (montanhas, casas e plantas) foram pautando os desenhos, organizando a economia da paisagem, descrevendo as culturas locais e informando sobre a especificidade das suas sociedades. Tivesse Rodrigues navegado nestas ilhas dois ou três séculos depois e seriam, de certeza, já alguns raros castelos e fortalezas de colonizadores europeus, portugueses e holandeses, a pautar a memória da paisagem ou mesmo a presença cada vez mais marcante de cidades a caminho de se

tornarem «coloniais», como essa Batávia, hoje Jacarta, construída à imitação esforçada da longínqua Amsterdão. Os desenhos de Francisco Rodrigues descrevem, assim, uma paisagem pré-colonial e destacam, afinal, os seus «monumentos» mais marcantes. Esta estratégia é absolutamente geral e capta-se desde o primeiro desenho que, como se sublinhou, é apenas uma parcela de um grande desenho, uma espécie de largo «mural» em papel que, caso tivesse sido concluído, permitiria navegar com a memória de Alor a Java.

A «primeira terra que vimos quando vínhamos de Banda para Malaca» como o jovem piloto escreveu no seu primeiro desenho panorâmico, oferecido na folha 43 do seu manuscrito, mostra-nos uma interessante vista de uma aldeia costeira tradicional na ilha de Alor que organiza os principais elementos «monumentalizados» em todos os desenhos: montanhas, casas e plantas. Destacam-se elementos de informação que passarão a ser constantes no tratado desenhado por Rodrigues: a domesticação da paisagem, a organização social tradicional, expressando-se na organização da casa e da economia, a pormenorização de culturas e valores simbólicos. Neste como noutros desenhos, começa por se estudar uma paisagem muito longe de qualquer representação «selvagem»: os cobertos vegetais tendem a organizar-se, nomeadamente em função das casas e das comunidades, ao mesmo tempo que se aproveitam económica e artesanalmente. Os palmares e coqueiros fixados com qualificada competência nas suas adaptações locais escorrem organizadamente, por vezes até de forma excessivamente organizada, ao longo das unidades domésticas e aproveitam-se de forma plural: a fruta, a madeira, sendo até frequentes as palmeiras que parece transformarem-se em paliçadas (fl.43). Mais além, as montanhas que acompanham todo o discurso visual, nalguns casos detalhando a sua especialização vulcânica, nalguns casos mesmo mostrando sinais de erupções recentes, não exibem uma flora pré-domesticada, pelo contrário, denunciam uma intervenção económica humana que aproveitou, organizou, adaptou e foi-se adaptando aos ecossistemas dominantes.



Entre as páginas 43 e 45 os desenhos panorâmicos persistem nestas lições que organizam a memória. As três representações relacionam-se, como em todo o livro, continuando a desenhar sempre um corrido continuado de ilhas, neste caso referindo-se talvez às ilhas de Alor e Pantar, a norte do 'cabo das Flores'. Observando com mais atenção

estes três desenhos, a primeira constatação é a relação íntima, evidente, intencional, entre estas diferentes ilhas. A comunicação de populações, economias e culturas é continuada. Apenas poderiam escapar a estes contactos intensos populações mais remotas que, apanhadas entre montanhas e marcadas por enormes dificuldades de comunicações, exageravam as suas particularidades étnicas e linguísticas - o caso de Timor, tanto a ocidente, como principalmente a oriente, espelha esta situação em que algumas populações reproduzem exacerbadas particularidades culturais entaladas entre montanhas e distanciadas apesar da aparente proximidade. Outras ilhas «remotas» como a Nova Guiné ou o Bornéu, por exemplo, já pela grande dimensão, já pela topografia, já mesmo pelo peso excessivo de distâncias gigantescas impondo fraquíssimas densidades populacionais não deixaram de isolar populações e adensar os mosaicos de etnias e culturas. Não era o que acontecia certamente neste correr de ilhas estendendo-se de Java a Alor em que os contactos comunicaram formas de organização social que sublinham ainda nos nossos dias muitas estruturas sociais comuns e padrões culturais semelhantes.

Desde os primeiros desenhos, impõe-se igualmente uma qualificada informação sobre a casa, destacando-se tanto a sua especialização social e económica, como também a sua morfologia ou simbolizações. Os desenhos de Rodrigues debuxam principalmente casas quase totalmente fechadas, quase sempre apenas com uma porta, maioritariamente despidas de janelas. Trata-se, naturalmente, de casas em que se dorme, abrigando pela sua grande dimensão famílias extensas que descansam em comum, sem quaisquer sinais de divisões marcadas por janelas ou acrescentos na casa, indiciando quartos ou outras divisões. Descobrimos construções principalmente rectangulares com a porta virada invariavelmente ao sul, buscando o sol e dando a claridade suficiente para a alvorada que marca a jornada de trabalho e o ritmo doméstico. Em muitos casos, esta casa rectangular familiar dialoga com outras casas, muitas vezes já com algumas estreitas janelas, de menores dimensões. São as casas cozinha - as janelas são aqui incontornáveis - as casas de banho colectivas - as janelas dispensam-se -, as casas de gados, alfaías e, ainda que com menos frequência, celeiros, mais para proteger hortícolas, tubérculos e, sobretudo, milho, do que para abrigar o arroz e os cereais. Produções que não se descobrem nos desenhos de Rodrigues porque também se descobriam mal neste mundo tradicional que escapou às «civilizações» rizícolas de

Java e Bali tão ligadas a sistemas de estado que, também pelo peso da divisão social imposta por esta cultura dominante, exigiam uma clara centralização política.

As adaptações ecológicas e económicas da casa são também finamente contempladas nas ilustrações de Francisco Rodrigues. Nesse verdadeiro prólogo desenhado que se descobre entre as páginas 43 e 45 observam-se com facilidade algumas casas assentes em postes. Adaptando-se a zonas costeiras e, sobretudo, às zonas húmidas de mangal, estas casas invadem, depois, o interior e dominam a morfologia das habitações, do familiar ao aparato. Ao erguerem-se as casas sobre estacas ampliava-se a protecção face aos animais roedores, ganhava-se em refrigeração ou em espaço para abrigar animais domésticos, como os porcos ou os galináceos, convocando-se diferentes especializações económicas, políticas e simbólicas. De facto, o espaço sob a casa podia passar a ser aproveitado para renovadas sociabilidades e encontros tanto como para gerar a iniciação necessária antes de se subirem as escadas de um espaço sagrado. Visitam-se estas casas sobre estacas em vários desenhos, como aqueles que, entre as folhas 67 e 69, exibem um interessante diálogo de várias unidades domésticas com as coacções montanhosas e costeiras do norte das Flores. Também nesta série de desenhos se distingue casas de habitação e unidades domésticas e económicas, destacando-se mesmo na página 68 duas construções de grande volume que muito bem podiam ser amplos celeiros colectivos, até porque um pequeno acrescento numa delas poderá significar um desses espaços habitualmente utilizado para guardar alfaia, geralmente pobres em que o que predomina em madeira sobeja em metal. Na morfologia de todas estas casas desenhadas por Francisco Rodrigues é possível ainda descobrir também o predomínio do telhado sobre as paredes, permitindo organizar melhor a retenção do calor e a refrigeração geral dos espaços habitados²⁰.



²⁰ Trata-se de uma das características mais distintivas da arquitectura tradicional das sociedades indonésias, como muito bem investigou WATERSON, Roxana, *The Living House. An anthropology of Architecture in South-East Asia*, Oxford, 1990, p. 30.

Mais ainda. Entre as páginas 51 e 53, descobre-se um verdadeiro tratado de antropologia da casa tradicional da Indonésia oriental. Estamos ainda na ilha que o piloto português intitulou como várias outras «Soloto», certamente Pantar, aqui desenhando cuidadosamente uma pequena mas demorada aldeia costeira com 14 casas. Cruzam-se de forma evidente unidades de habitação e edifícios domésticos, distinguindo-se várias casas construídas sobre estacas com escadas que se aproximam da costa, do mar, figurando especializações pesqueiras. Rectangulares como sempre, as casas mostram pequenos anexos que devem ter sido cozinhas ou arrumos para guardar alfaia. Muitos coqueiros e palmeiras completamente despidos de ramagens e frutos remetem-nos para a antropologia dos materiais de construção que os desenhos de Francisco Rodrigues ajudam a investigar, sendo muitos aqueles em que palmares e outras árvores perderam ramagens e troncos a favor das comunidades humanas, doando-lhes energia para as fogueiras, protecção para os telhados ou madeira para paredes e estacas.

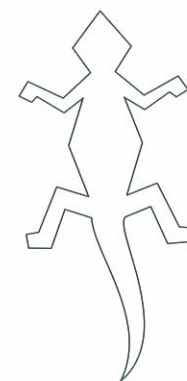
Os materiais de construção dominantes da casa tradicional indonésia encontram-se rigorosamente ilustrados por essa curiosa arte do desenho obrigando Francisco Rodrigues a procurar salientar «monumentos» que dessem a medida do espaço e marcassem os lugares da memória dos seus itinerários de navegação. Os desenhos pormenorizam casas invariavelmente erguidas em madeiras locais, dos muito abundantes coqueiros, conhecidos nestas paragens por *kelapa*, aos carvalhos asiáticos, passando pelas diferentes espécies de bambus que parece terem fornecido o principal elemento de construção das casas desenhadas no livro manuscrito de Rodrigues. Mas é nesses grandes telhados que se concentra uma atenção tecnológica especial, registando-se que muitos são feitos com essa erva abundante nestas ilhas conhecida por *alang-alang* (*Imperata cylindrica*), enquanto outras casas se cobrem com folhas de palmeira, das lontarinhas às grandes folhas de *sasando*, magníficos isolantes e protectores das chuvas abundantes entre Novembro e Abril ²¹. Apesar desta dimensão ecológica vinculada aos



²¹ Acerca deste tema dos materiais de construção convocados pela arquitectura tradicional Indonésia, consulte-se o excelente trabalho de DAWSON, Barry e GILLOW, John, *The Traditional Architecture of Indonesia*, Londres, 1994, pp. 19-31.

materiais disponibilizados pelos ecossistemas envolventes, as casas não são apenas uma espécie de construção natural, mas espelham também uma especialização morfológica e arquitectónica complexa: erguidas na base de uma tecnologia progressivamente especializada de «poste-e-lintel», perseguindo uma relação harmoniosa com o meio ambiente, as casas procuram também conforto, arejamento, funcionalidades, tanto como formas de simbolizar cultos ou estamentações sociais. Por isso, nos seus desenhos, Francisco Rodrigues não deixou de se deslumbrar pela vista magnífica de uma casa outra em que os mesmos materiais de construção bateram um grande edifício de aparato: na folha 86 descobre-se a cuidadosa representação de um templo, provavelmente ainda hindu-budista, testemunhando quer a difusão destes cultos tão longe como as Flores, quer também a fraca difusão do islamismo nestas paragens, nos inícios do século XVI.

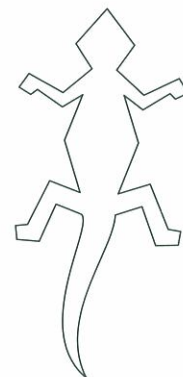
Em contraste com a pormenorização de montanhas, casas e plantas, os homens e os animais são escassos. É preciso aguardar o desenho da folha 61 para se desvendar, no cimo de um pequeno monte arredondado, talvez pelo centro da ilha das Flores («samadenga»), uma figura humana. Desenhada completamente a preto, como sempre acontece neste desenhos, mas seguindo também talvez as lições do contra-sol que os navios seguiam, o vulto segura uma enorme lança que não se percebe inteiramente se termina numa lâmina em madeira ou metal. A figura é, de qualquer forma, imponente e parece ter a cabeça decorada. Provavelmente é uma figura de prestígio encontrada, falada, visitada ou simplesmente apercebida, provavelmente prudentemente respeitada, pela tripulação portuguesa. Este conjunto de desenhos entre as páginas 61 e 62 é também interessante pelas informações de utilidade náutica: às sombras que revelam o movimento solar juntam-se indicações sobre o sentido dominante do vento que, de sentido este-oeste, ajudava o regresso a Malaca: árvores, copas, ervas, folhas agitam-se nesse sentido. Se quisermos com esta acumulação de dados perceber «disciplinarmente» a «ciência» que estes desenhos tratando montanhas, casas e plantas prepara não parece poder ser outra do que a moderna história natural. Estaria esta «escola» disciplinar presente também na preparação intelectual de um piloto que era, ao mesmo tempo, um excelente calígrafo, bom geógrafo, competente astronauta e melhor desenhador?



O outro desenho que apresenta uma pequena representação humana, na folha 46, é um testemunho mais sério e importante, sobrepujando o «natural» para avisar o social. Apesar da sumária miniatura debuxada por Francisco Rodrigues consegue perceber-se que a imagem é dinâmica e testemunha uma actividade económica: a pequena figura antropomórfica parece cumprir um movimento ligado ao trabalho da terra, enquanto que, próximo, se descobre um cercado, certamente para receber gados domésticos. Esta é também a única imagem que esclarece a dimensão agrícola destas sociedades insulares que muito rapidamente coligaram à domesticação do porco a dos gados bufalinos, absolutamente essenciais tanto como meio de transporte como enquanto meio de riqueza e, por isso, de dote e estratégia de alianças. Acresce ainda que esta página quase «económica» se prolonga nas sete páginas seguintes pela ilustração de um verdadeiro ecossistema social e comunitário que expressa uma ordem antropológica que importa tentar investigar para, a seguir, se procurar propor interpretações acerca da regularidade da sua expressão simbólica nos desenhos do jovem Francisco Rodrigues.

Organizando as informações gerais dos desenhos do piloto português, impressiona a sistemática unidade morfológica na representação das aldeias e comunidades. Apesar da coacção iconográfica ditada por uma ordem visual ocidental atenta ao monumental, os desenhos de casas, comunidades e paisagens expressam uma especificidade influenciada por uma outra ordem ainda mal apercebida, claramente local e cultural, marcada pela estrutura da ocupação e reprodução do espaço. Não se observam, sublinhe-se, centros da comunidade, não se descobre uma casa ou um espaço central, pelo contrário, impõe-se uma opção sistemática por uma estrutura que organiza e interliga as habitações de forma irregular. Se quisermos reter um «modelo» gráfico, encontra-se próximo de uma estrutura em *espinha de peixe*. As casas situam-se ao longo de um espaço de comunicação que liga em espinha, em suaves curvas e contracurvas, as diferentes unidades domésticas que se dispõem ao longo dos braços da espinha central. Copiando ou adaptando-se aos movimentos curvilíneos do próprio perfil das costas insulares, como os desenhos muito bem destacam, até porque esta espécie de simetria ajudou a organizar a memória destes espaços.

Trata-se, em qualquer caso, de uma especialização social, económica, política e simbólica que se deve situar na longa duração. Com efeito, ao longo de muitos séculos, as contradições violentas e simbólicas entre linhagens e comunidades familiares foram fixando territórios, culturas e firmando os seus respectivos equilíbrios (aquilo que, nestas sociedades, é o que mais próximo existe de uma ideia de «fronteira»...). A multiplicação de alianças entre as linhagens, a pulverização das estruturas familiares, o crescimento demográfico, a repartição da posse da terra..., foram gerando um sistema social mais equilibrado que, excluindo centralizações sociais e espaciais, foi optando por alargar as unidades domésticas e equilibrá-las no território ao longo de uma rede multilateral de espaços, uma verdadeira *espinha de peixe*. São inúmeros os conjuntos de desenhos que certificam esta antropologia social. Entre as páginas 48 e 50, por exemplo, Rodrigues desenhou cuidadosamente uma demorada aldeia que, acompanhado a linha da costa, a aproveita para criar essa *espinha* que organiza as unidades domésticas, distinguindo-as em funcionalidades, mas não em centros dominantes. Em nenhuma aldeia, comunidade ou grupo doméstico desenhado se descobre um espaço humanizado e socializado a partir de um centro. As unidades domésticas não formam circunvalações mas fixam-se em *espinha* ao território. Alongam-se, espraiam-se, ramificam-se a partir de um eixo central irregular. Nem sequer se consegue destacar relações de horizontalidade e verticalidade, organizando a comunidade em eixos absolutamente regulares. Este modelo apreende-se melhor (mesmo enquanto modelo) na página 73. Aí se desenha um espaço pautado por 16 casas. São quase todas idênticas, rectangulares, com amplos telhados, estendendo-se ao longo de um pequeno vale entalado entre montanhas polvilhadas de pequenas árvores claramente decorativas. A uma primeira impressão parece tratar-se de um desenho caótico, existindo mesmo uma estranha casa no centro da imagem que se empina, deslizando, caindo. Mas trata-se de uma informação antropológica de excepcional qualidade: unindo as diferentes unidades vai-se construindo uma rede em *espinha de peixe* que equilibra casas e território. Mesmo uma casa de maior dimensão com um anexo não centraliza a comunidade mas insere-se neste complexo em *espinha*. Por isso, a quase monótona decoração repetitiva da paisagem talvez não deixe de expressar uma paisagem que foi longamente domesticada, humanizada, organizando-se em função da economia da comunidade local. Repare-se, por exemplo, que os palmares não se sucedem indistintamente ao longo da costa, mas inserem-se no próprio



interior da aldeia, especializando uma linha que acompanha os limites habitacionais. Este modelo conceptualiza-se também em função de outros modelos contrastivos desenhados por Francisco Rodrigues. Quando, por exemplo, a páginas 83, deixamos a ilha das Flores e entramos na de Sumbawa, o jovem piloto português procurou desenhar uma espécie de aglomerado para-urbano que assinalou como o «portode Çapi» (Sapi). Agora, desenham-se praticamente telhados que, uns em cima dos outros, nos introduzem no mundo urbano ou pré-urbano destas ilhas da Indonésia oriental. Falta nesta esquemática representação desta cidade-porto o monumento que marcava a urbe e, por isso, a monumentalização do espaço fixa-se, como sempre, nas montanhas que marcam o início da ilha de Sumbawa e da vulcânica ilha do Fogo que Rodrigues colocaria mesmo em actividade vulcânica na página seguinte (p. 84).

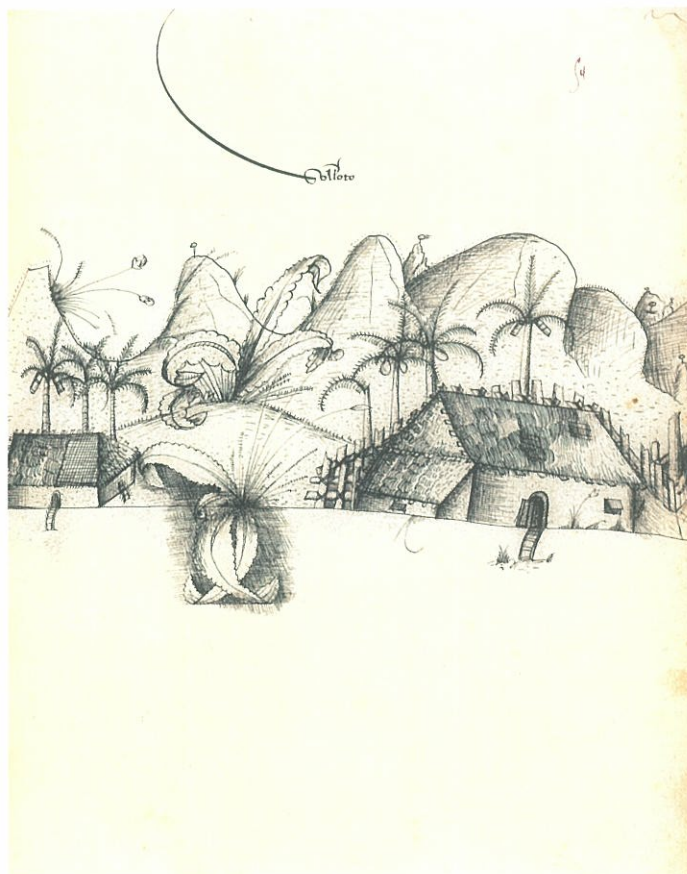
Os desenhos de Francisco Rodrigues revelam indiscutivelmente uma «escola» de desenho, uma colecção especial de competências. A excelência da sua caligrafia expressa-se nas páginas iniciais do seu livro. É ainda uma caligrafia entre o gótico tardio e a adesão às novas caligrafias humanistas, de arquitectura geométrica e rectangular, mas é esta competência que enfrenta o desenho. Uma competência que, a partir dos «arabescos» da caligrafia, pode ilustrar contornos de costas, grandes montanhas, irados vulcões em furiosa actividade, tanto como casas e exageradas plantas. É uma competência compósita que casa à complexidade da caligrafia um desenho também de marinheiro, esboçado do navio, talvez por vezes a partir dos mastros, em voo de águia, um desenho anotado frequentemente de longe, apreendendo apenas paisagens em miniatura. Quanto mais se frequentam estes desenhos e se procura reflectir nas competências que lhe subjazem, cada vez mais se pensa em Duarte de Armas e na sua «arte» da representação de cidades acasteladas portuguesas. Talvez a arte de Rodrigues e de Armas remeta para uma «escola» ainda por reconstruir, juntando às competências da astronáutica, da aritmética e da geometria, da caligrafia e da escrita, certamente também as do desenho, tão fundamental como as outras «artes» para essa outra arte maior da cartografia.

Estranho para um piloto, o que sobeja em terra, falta em mar. Terá este ficado esgotado nos mapas e no roteiro, rápido, brevíssimo, mas com informação, se calhar, bastante para gente do ofício? Sente-se que o mar informa costas, portos e reentrâncias, especializando comunidades e economias locais. Mas é a terra, o território, as sociedades locais que Francisco Rodrigues procura desenhar e ajudar a representar. Construindo uma verdadeira *topophilia* de paisagens e impressões. Por isso, os desenhos panorâmicos do seu Livro continuarão ainda por muito tempo a alimentar tanto as curiosidades deslumbradas como as investigações preocupadas em contribuir para fazer história dessas sociedades pré-coloniais quase esquecidas das ilhas da Indonésia Oriental.

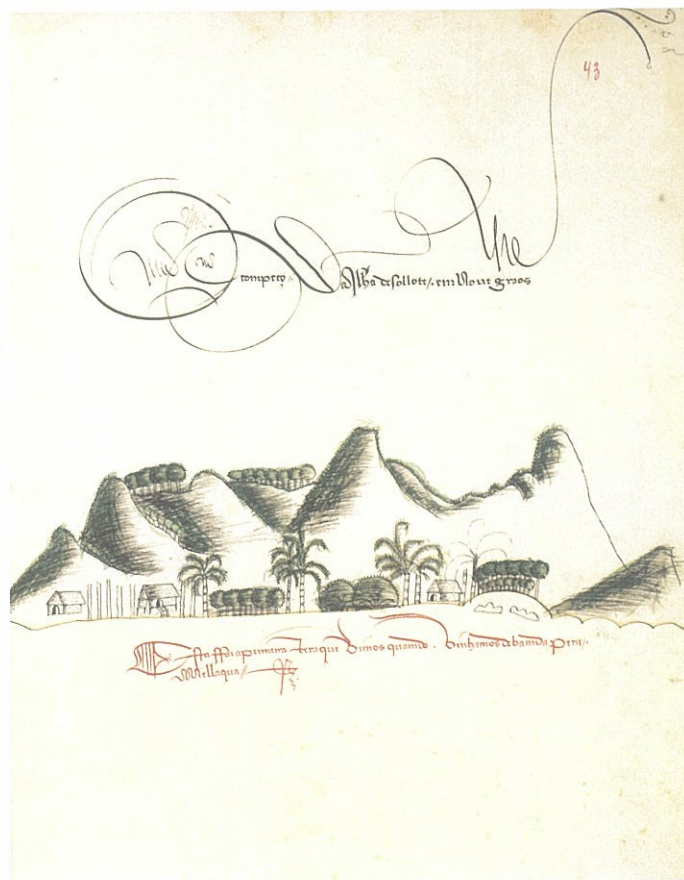
Ivo Carneiro de Sousa

(Universidade do Porto e Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático)





Francisco Rodrigues, Livro, fl. 43: desenho panorâmico de vista da costa norte da ilha de Alor. «começo desta Ilhga de sollote. Em nove graos/ Esta foi a primeira tera que vimos quando vinhamos de banda peral Mellaqua».



Francisco Rodrigues, Livro, fl. 54: desenho pormenorizado de aldeia com grande habitação tradicional na ilha de Pantar.